

Boletim Especial • Outubro 2024

# O território da BR-285/RS/SC

Natureza, Cultura e Turismo



## Parceria estratégica para conservação

A união de esforços entre o Plano de Ação Territorial para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção do Planalto Sul - PAT Planalto Sul e a Gestão Ambiental das obras de implantação e pavimentação da BR-285/RS/SC, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), marca um novo capítulo nas políticas públicas voltadas para a conservação de espécies ameaçadas. Centrada na área de influência do empreendimento, entre São José dos Ausentes (RS) e Timbé do Sul (SC), esta colaboração combina estratégias de desenvolvimento sustentável com medidas de proteção da biodiversidade, considerando aspectos biológicos, sociais, culturais e econômicos do território.



**BR-285/RS/SC**  
Gestão Ambiental

PLANO DE AÇÃO TERRITORIAL

**PLANALTO**

**SUL**

## O PAT Planalto Sul

O PAT é um instrumento de planejamento participativo, com ações de conservação prioritárias para diferentes segmentos da sociedade comprometidos com a biodiversidade. Integrando o Projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas - Pró-Espécies: Todos contra a Extinção, é o primeiro plano coordenado pelo Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) e a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (Sema). O território abrange 43 municípios, sendo 27 no RS e 16 em SC, em uma área total de aproximadamente 32 mil km<sup>2</sup>.

Foram definidas 22 espécies alvo, sendo 5 da fauna e 17 da flora, com ênfase naquelas listadas como Criticamente em Perigo (CR) e que não contam com nenhum instrumento

de conservação. Até 2026, as ações pretendem promover a proteção e recuperação das espécies, mitigar riscos das espécies exóticas invasoras, reduzir a conversão de áreas nativas e suas alterações físicas e biológicas, ampliar e difundir conhecimento sobre as espécies e fortalecer as cadeias produtivas sustentáveis.

O analista ambiental do Departamento de Biodiversidade da Sema e coordenador executivo do PAT, Leonardo Urruth, destaca que os desafios são múltiplos e envolvem desde a escassez de recursos até a necessidade de coordenar esforços. "Conjuntamente, esses dois tópicos exigem criatividade e fortalecimento de parcerias institucionais para viabilizar a implementação de ações de conservação efetivas."



Saiba mais  
sobre o PAT:



## Interface com a Gestão Ambiental

Gralha-azul

O licenciamento ambiental da BR-285/RS/SC, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), conta com uma série de condicionantes que igualmente buscam equilibrar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação territorial. De acordo com o analista ambiental do Ibama/RS, Mozart Lauxen, a sociedade precisa ser informada, mobilizada e tensionada para que todos despertem para a responsabilidade compartilhada nas questões que envolvem

a conservação dos bens naturais e seus serviços. “Como cada instituição atuante tem seu próprio recorte de interesse, quanto mais atores e ações incidam no território, mais se reforça a possibilidade de incremento na consciência do coletivo social abrangido”, avalia Cristiano Souza, também analista do Ibama.

A coordenadora do projeto e bióloga do IMA, Luthiana Carbonell, ressalta que o envolvimento das comunidades e demais

instituições é fundamental para lidar com as ameaças, que, muitas vezes, ocorrem de forma combinada e sinérgica. “Essa parceria vai nos auxiliar a abrir mais caminhos e contatos com as pessoas que estão no território, assim como a possibilidade de incluir ações para conservação das espécies nos programas ambientais do licenciamento.”



Sapinho-de-barriga-vermelha

## Espécies alvo monitoradas na rodovia

Duas das espécies de flora listadas pelo PAT já vêm sendo resgatadas no entorno da rodovia como medida de mitigação: **Eryngium falcifolium** e **Eryngium ramboanum**, que são gravatás de campos úmidos e turfeiras. As equipes ambientais das obras realizam transplantes e coletam plântulas, sementes e frutos das espécies ameaçadas, protegidas por lei ou de interesse ecológico para propagação e futuro plantio. Outro objetivo comum consiste em prevenir a introdução de espécies vegetais exóticas invasoras e fornecer medidas para evitar a disseminação daquelas que já estão estabelecidas, com destaque para o combate ao avanço do **tojo (Ulex europaeus)** na região dos Campos de Cima da Serra.

Em relação à fauna, em 2020 o Ibama recomendou o monitoramento da **rãzinha-das-pedras (Cycloramphus valae)** previamente à implantação das drenagens na Serra da Rocinha, visto que a espécie vive em áreas rochosas e pedregosas com rios e riachos. O anfíbio, no entanto, não foi localizado durante as vistorias realizadas. O último registro da espécie na natureza foi feito pelo pesquisador norte-americano William Ronald Heyer, que gravou a sua vocalização em 16 de janeiro de 1982, em Timbó do Sul.



Ouça o canto da rãzinha-das-pedras



Cambeva tropeiro

Ainda na área de influência do empreendimento, o PAT realiza ações de conservação do peixe **Cambeva tropeiro**. A espécie tem até 9 centímetros de comprimento, corpo alongado e coloração amarelada com manchas escuras. Habita cabeceiras de rios, com correnteza rápida e água clara. Ocorre em tributários do rio das Antas, em poucas localidades situadas acima de 1.000 m de altitude, com área total calculada em apenas 2 km<sup>2</sup>, nos municípios de São José dos Ausentes e Cambará do Sul.

## Paisagem, cultura e economia

A região está totalmente inserida no domínio do bioma Mata Atlântica. Entre os ambientes estão campos naturais, florestas de araucária, floresta ombrófila densa, floresta estacional, banhados e turfeiras, cânions e paredões rochosos, rios e riachos. O clima, a geografia e outros fatores ambientais moldam a forma como as pessoas vivem, se organizam e se expressam no Planalto Sul. Assim, a agricultura e a pecuária são atividades importantes do território.

As espécies ameaçadas ocorrem usualmente em propriedades rurais privadas, ou em áreas não utilizadas do Estado. Tais atividades podem

coexistir de maneira sustentável quando adotadas práticas produtivas conscientes, como o manejo integrado e a recuperação de áreas degradadas. Longe de serem inimigas, a conservação e a produção podem caminhar lado a lado, promovendo um modelo de desenvolvimento rural que respeita os ecossistemas e protege as espécies que dependem desses habitats para sobreviver.

“As pessoas, na imensa maioria das vezes, desconhecem a existência das espécies alvo e, ao mesmo tempo, ficam positivamente surpreendidas quando aprendem que tal espécie, rara, frágil e pouco conhecida, às

vezes só existe na sua propriedade rural. Desse momento em diante, as espécies ganham mais um protetor, e dos mais efetivos”, salienta Leonardo Urruth, destacando a importância do diálogo e da participação das comunidades.

O fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis ligadas a este contexto é também um objetivo que se destaca. Entre as ações, o PAT viabilizou a elaboração de planos específicos voltados para apoiar duas atividades econômicas do território: a das frutas nativas e a do pinhão, que é a semente da **araucária (Araucaria angustifolia)**.



Eryngium ramboanum

Eryngium falcifolium





# Caminho das Araucárias: o turismo como aliado

O turismo é outro importante aliado da conservação ambiental, uma vez que possibilita o uso sustentável da paisagem e a manutenção dos modos de vida regionais. Trata-se de um impacto positivo da BR-285/RS/SC, que vem sendo potencializado nas ações da Gestão Ambiental.

Uma das principais apostas na região consiste na implantação e fortalecimento do Caminho das Araucárias, trilha de longo percurso que integra a Rede Brasileira de Trilhas. Ela compreende aproximadamente 600 km de trilhas e estradas sinalizadas, entre o Parque do Caracol, em Canela (RS); e o Parque Nacional de São Joaquim, em Urubici (SC), conectando 10 áreas protegidas nos dois estados. Durante o percurso, são encontradas exuberantes paisagens campestres, araucárias centenárias, inúmeras cachoeiras e os belos cânions. A fauna e a flora observadas durante o caminho também são um espetáculo à parte. É possível avistar uma grande diversidade de aves, tais como o papagaio-charão e a gralha-azul, além de mamíferos como o veado-campeiro e o bugio-ruivo. Além das belezas naturais, a região também é rica em cultura e tradições, com influências dos povos indígenas, tropeiros e colonizadores europeus. De acordo com o analista ambiental da Sema, Dennis Patrocínio, o percurso que passa dentro de São José

dos Ausentes está em fase de planejamento e implementação. “Já foram realizadas três expedições para definição do traçado, sinalização e envolvimento das propriedades rurais, que resultaram na elaboração de um projeto para captação de recursos para produção das placas de sinalização”, explica. O percurso inicia na divisa com o município de Cambará do Sul e atravessa toda a borda da serra, cruzando quatro cânions que estão no município: Tabuleiro, Amola Fala, Boa vista e Montenegro.

Para atender aos objetivos de conservação, geração de renda e lazer, a iniciativa conta com propriedades parceiras para oferecer serviços para os caminhantes, como alimentação, passeios e hospedagem. Estudos indicam que a presença de turistas em áreas protegidas contribui para diminuir a presença de caçadores e outros usos ilegais, devido à maior circulação de pessoas, bem como gera emprego e renda para as comunidades do entorno, promovendo alternativas econômicas que valorizam e preservam os recursos naturais.

## Expediente

**Realização:** Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

**Jornalista Responsável:**  
Amanda Montagna (14.958 DRT/RS)

**Fotografias:** Acervo STE - Serviços Técnicos de Engenharia S.A., Rastro Ecologia Criativa e Gustavo Fonseca

**Projeto Gráfico:** Greici Lima

## Fale Conosco

☎ **0800 60 21 285**

📍 Gestão Ambiental BR-285/RS/SC

✉ comunicabr285@stesa.com.br

🌐 www.br285rs-sc.com.br

📍 Rua Felipe Nápoli, 345  
Timbé do Sul/SC

## Contatos PAT

✉ luthianasantos@ima.sc.gov.br

✉ leonardo-urruth@sema.rs.gov.br

*O material é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).*